

SINDÁGUA

Sindicato dos Trab. nas Ind. de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



Saneamento não é administrar tarifa

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais virou novamente palco de guerra por causa de um novo Projeto de Lei polêmico envolvendo a regulamentação do saneamento e a sanha da Copasa em aumentar tarifas. O PL do governador para criar a Agência Reguladora das Águas e Saneamento do Estado (Aras) perdeu o caráter de urgência e os deputados querem mais explicações, depois que o diretor financeiro da Copasa falou



que ela é necessária para reajustar tarifas. **PÁGINA 4**

Serviço de terceira para Ibirité!

Os trabalhadores e a Copasa são prejudicados por serviços de terceirizada que provocou uma greve por não honrar direitos mínimos, como pagamento de salários, vales-transporte e outros. A comunidade acaba sendo prejudicada, com 900 ordens de serviço sem execução.



a greve encerrada com o atendimento das reivindicações dos trabalhadores. **PÁGINA 5**

O SINDÁGUA foi chamado e

A PL está na Justiça para ser respeitada!

A Copasa queria cancelar a Segunda parcela e a "ação de cumprimento" vai ser julgada. **PÁGINA 3.**

Quem terá compromissos honestos para 2010?



A sociedade já começou a ser metralhada com campanhas eleitorais, antecipando em mais de um ano o pleito de 2010, quando iremos às urnas para sacramentar os futuros governadores, deputados estaduais e federais, senadores e presidente da República.

Os incontáveis casos de corrupção e de escândalos envolvendo os integrantes dos poderes Executivo, Legislativo e até mesmo do Judiciário podem transformar as eleições de 2010 numa das mais polêmicas do Brasil. Os arranjos políticos que sustentam velhas raposas da política, parlamentares e governos que traem a confiança do povo estarão sendo colocados em praça pública para serem chicoteados pela rejeição do povo esclarecido. Vamos abrir essa discussão com urgência, sem sermos apequenados pelos limites ideológicos e partidários, mas que trilhem os compromissos urgentes em favor da extraordinária maioria pobre deste País.

Exigimos discussão aberta da proposta para o novo plano de benefícios da Previminas

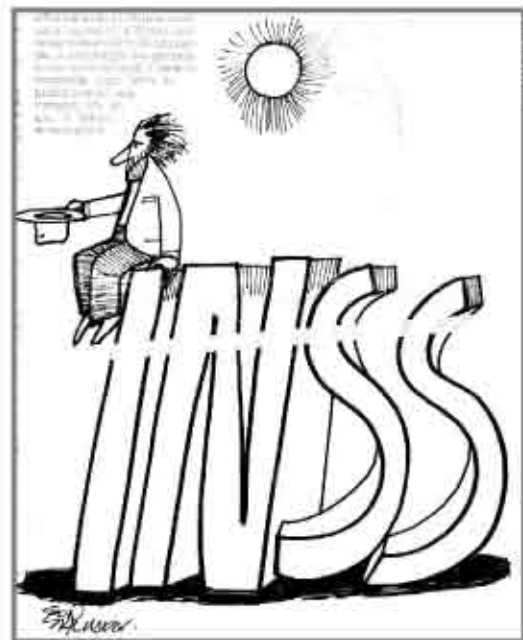
Sem transparência, a Fundação corre o risco de perder participantes por absoluta falta de condições de pagar as contribuições.

Desde o ano passado, que a Previminas vem anunciando, sem muitas explicações, um novo plano de benefícios para ser implementado. Tínhamos, inicialmente, a informação de que o atual plano de "Benefício Definido" (BD), migraria para outro de "Contribuição Definida" (CD), ou até mesmo uma terceira alternativa que mesclasse os dois planos, "Contribuição Variável" (CV).

As mudanças poderiam permitir a cada participante definir o padrão de suas contribuições. Não correndo risco, como acontece agora, de chegarmos ao limite de capacidade dos salários para acompanhar os exagerados reajustes, curiosa e intempestivamente, exigidos pela direção da Copasa.

Infelizmente, esse plano ainda não foi apresentado aos trabalhadores, apesar de termos informações que documentos em estágio avançado tramitam em mãos que preferem a pouca transparência. Sabe-se, inclusive, que o presidente da Copasa estaria pressionando para que seja feito um novo reajuste nas contribuições na casa de 19%, mas que o necessário estaria próximo de 6%. Mais uma vez, lamentavelmente, nem a Previminas, nem a Copasa, nem o Governo de Minas se pronunciam e deixam as negociações completamente indecifráveis ao conhecimento dos trabalhadores.

Esta é uma situação que pode trazer repercussões catastróficas. A primeira delas, que penaliza e muito



os trabalhadores, é perdemos a capacidade de pagar as contribuições, forçando os companheiros a se desligarem da Fundação, prejudicando um direito constituído ao logo de uma vida inteira. O outro desastre acontecerá se os trabalhadores forem chamados para decidirem qualquer mudança sem um tempo hábil para analisar as suas repercussões.

Quaisquer prejuízos só teriam um único caminho para ser reparado: a Justiça. Tais preocupações são suficientes para que, a partir da Previminas, seja atendida a reivindicação dos trabalhadores para que a proposta de alteração de plano seja entregue aos sindicatos (Sindágua, Saemg e Senge). Assim, a categoria poderá decidir em parceria com a empresa, solidários com o mesmo interesse de termos nosso patrimônio resguardado e nossos investimentos garantidos para o retorno programado.

SINDÁGUA Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

Presidente: José Maria dos Santos - Diretor de Comunicação: Rogério Matos de Araújo - Jornalistas: Janaina Ferreira da Mata MG-064.87 JP e José Geraldo Ribeiro - MG 02717JP - Diagramação: Luiz Carlos Nicolau - Tiragem: 10.000 exemplares - Impressão: Gráfica do Gaúcho

Rua Congonhas, 518 - Santo Antônio - Belo Horizonte/MG - Tel: (31) 3297-7227 - Fax: (31) 3297-7224 CEP: 30330-100
www.sindagua.com.br e-mail: sindagua@sindagua.com.br - Jornal SINDÁGUA comunicacao@sindagua.com.br

PL terá sentença na Justiça



Como informamos pelo site do Sindicato, na última sexta-feira, 22 de maio, a Copasa fez mais uma lambança na Justiça do Trabalho, com uma proposta indecente de fazer um acordo para cancelar a segunda parcela da Participação nos Lucros (PL) até que seja esclarecida a

forma de pagamento adotada para a primeira parcela do benefício.

Estamos na Justiça exatamente com uma "ação de cumprimento" impetrada pelo sindicato, motivada pela Copasa. A empresa descumpriu os termos do Acordo Coletivo de Trabalho 2008/2010, que estabeleceu o pagamento da PL em valor linear para todos os trabalhadores. A empresa desobedeceu e pagou a

primeira parcela considerando a proporcionalidade, agredindo a lei e a categoria.

O SINDÁGUA recusou e condenou prontamente a proposta, demonstrando que a PL linear foi inclusive um dos principais pontos de um Acordo Coletivo que possibilitou aos trabalhadores interromperem uma greve de dois dias.

Segundo o jurídico do Sindicato, a Justiça deve julgar a ação de cumprimento até o final de junho.

O Copass está doente?

O COPASS volta a ser uma grande preocupação dos trabalhadores, que voltaram a enfrentar dificuldades de atendimento em várias localidades.

Informações repassadas ao Sindicato por representantes no Conselho de Gestão do Programa de Saúde levantam ainda maior preocupação com a queda vertiginosa na reserva do plano, que estaria em torno de 3,2 a média das últimas seis arrecadações, quando o regulamento do Copass prevê um limite mínimo de 7 vezes para que os participantes sejam convocados em caráter de urgência para definirmos políticas adequadas.

O SINDÁGUA procurou o COPASS para solicitar explicações sobre a sua situação administrativa e financeira, uma vez que não temos mais os balanços detalhados que marcaram o longo período de vida do Programa de Saúde até que recebesse a ingerência da empresa.

Devemos lembrar que todos nos empenhamos pela melhor condição de saúde do COPASS, que é uma conquista dos trabalhadores e da própria empresa, para não ficarmos nas mãos da ganância dos planos de saúde comerciais. O COPASS sempre foi administrado em regime de co-gestão, dividindo as responsabilidades entre a empresa e os trabalhadores para o benefício de todos. É uma das nossas maiores conquistas e deve ser preservada.

Emprestador de dinheiro faz discurso para engordar agiotas

Infelizmente, a falta de seriedade e responsabilidade com os direitos coletivos e com grandes vitórias dos trabalhadores fabrica alguns monstros dentro da Copasa. A AECO distribuiu comunicado informando que teria dificuldade de fazer empréstimo a título de antecipação da Segunda parcela da PL.

O SINDÁGUA repudiou a tentativa da empresa em cancelar o pagamento da segunda parcela da PL e mantém na Justiça a ação de cumprimento para garantir 100% do direito dos trabalhadores. Estamos na Justiça exatamente para evitar prejuízo aos trabalhadores.

Pessoas que tentam desgastar o sindicato insinuam que os trabalhadores estariam em dificuldades para conseguir empréstimos por causa da ação para não sermos furtados no justo valor da PL. Da mesma fonte, nasceram maldosas insinuações

de que agentes financeiros se declararam impossibilitados de antecipar empréstimo da segunda parcela da PL, "por causa" da ação do Sindicato na Justiça.

Não se pode imaginar que os trabalhadores, depois de tanta luta para conseguirmos um valor justo da PL para todos os companheiros, estariam dispostos em prejudicar o valor a receber para facilitar a ganância de gente que faz caixa em cima de empréstimos, ou seja, que explora trabalhadores de baixos salários com a armadilha dos juros. A agiotagem é um mal que vive na Copasa provocada por salários ainda baixos. Não se justifica atender a pressa de agiotas em engordar seus lucros com empréstimos, não lutando pelo crescimento do valor Participação nos Lucros, sagrado direito conquistado pela categoria.

Projeto em caráter de urgência tenta criar Agência denunciada como “tarifária”

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) volta a ser palco de um projeto que desagradou profundamente a expectativa de uma Agência transparente e democrática para a regulação do setor de saneamento no Estado. Depois de uma nova guerra instalada, foi quebrado o caráter de urgência do Projeto de Lei (PL) 3.186/09, de autoria do governador, com severas críticas de se tentar transformar a Agência Reguladora dos Serviços de Água e Esgoto no Estado em um mero instrumento para evolução de tarifas.

O presidente do SINDÁGUA, José Maria dos Santos, fez várias observações sobre a necessidade de ampliar o debate do Projeto de Lei, pois não foram contempladas as exigências da Lei 11.445/07, que exige a participação popular, o controle social e os planos estaduais de saneamento, a participação de um representante do Ministério Público, definição de políticas e um plano diretor da prestadora de serviço, objetivando a universalização do saneamento e ainda.

Sobretudo os deputados Weliton Prado e Padre João (PT), Carlin Moura (PCdoB) e Antônio Júlio (PMDB) acusaram a intenção do Projeto de Lei em ser mero facilitador para aumentar as contas de água e esgotos da Copasa. Uma das principais críticas é a de que os municípios não estão sendo ouvidos e que, como concedentes dos serviços, devem



participar ativamente da discussão de composição não apenas dos preços, mas de todos os projetos para o saneamento em suas localidades.

Essa guerra esquentou ainda mais a partir das declarações do diretor financeiro da Copasa, Ricardo Simões, em que ele lamentava a derrota na Justiça para aumentar as tarifas da Copasa e de que a solução viria com a

criação da Agência Reguladora das Águas e Saneamento do Estado (Aras). Essa declaração fermentou o discurso dos deputados, que solicitaram o tempo necessário para uma maior discussão da matéria.

Dirigentes do SINDÁGUA e prepostos da Copasa acompanharam de perto as discussões, com posições dissonantes, pois o Sindicato não concorda com o projeto sem um maior enquadramento nas diretrizes para o saneamento. O deputado Fábio Avelar (PSC) defendeu o Projeto do governador, ressaltando a necessidade de se estabelecer diretrizes para regular não apenas a Copasa, como todas as outras empresas que prestam serviço de saneamento nos municípios. Avelar criticou a postura dos deputados que conseguiram impedir a tramitação do projeto em caráter de urgência. Segundo ele, o que se procura (com as críticas ao PL) é criar condições para postergar a aprovação do projeto".

Aposentados elegem a nova direção do DEAPES

Os trabalhadores aposentados e pensionistas elegeram, no último dia 28 de maio, a nova diretoria do Departamento de Aposentados e Pensionistas no Saneamento (Deapes) com a unidade dos companheiros refletida através da chapa "União, luta e esperança".

Foram votos colhidos em todo o Estado e um grande número de associados do Deapes compareceu à assembleia realizada no Restaurante "Revista Viva" para votar e aclamar a nova direção.

O coordenador do Deapes, Waltencyr Teófilo José de Souza, relatou as severas lutas enfrentadas nos últimos anos para



resguardar os direitos dos companheiros seriamente ameaçados pelas políticas da direção da Copasa. Lembrou as centenas de processos vitoriosos na Justiça, que demonstram a necessidade de união e solidariedade dos aposentados na defesa de seus direitos. Relatou a mobilização em

Brasília para acabar com o famigerado fator previdenciário e pela revisão do valor dos salários dos aposentados que vêm perdendo drasticamente seu poder de compra. Waltencyr falou dos projetos de construção de uma sede para o Departamento e o investimento em parcerias que tragam benefícios aos aposentados, como colônias de férias, fornecimento de remédios a preços mais acessíveis e outras reivindicações apresentadas pelos companheiros.

A diretoria eleita deverá se reunir em breve para definir os companheiros da executiva e, provavelmente, reconduzirão Waltencyr à coordenação do Deapes.

Terceirizada deixa Ibirité sem serviços da Copasa

Pode parecer absurdo, mas o SINDÁGUA precisou intervir para que uma empreiteira prestadora de serviços da Copasa, em Ibirité, cumprisse suas obrigações junto à comunidade. A falta de pagamento de salários e direitos básicos, como vale-transporte levaram os trabalhadores da Parcan a paralisarem suas atividades em Ibirité e região, no início de maio.

Os trabalhadores da empreiteira recorreram ao SINDÁGUA, que foi ao município e comprovou a extrema precariedade em que os companheiros desenvolvem suas atividades. A situação era de calamidade. Não apenas os salários e os direitos que estavam sendo descumpridos, a Copasa tinha cerca de 900 ordens de serviço sem execução, ou seja, ligações e desligamentos de água estavam literalmente parados. Se o interesse e os direitos da população não interessam a essas empreitei-

ras, os de trabalhadores sub-contratados em condições desumanas interessam muito menos.

Imediatamente, o Sindicato constituiu uma comissão de trabalhadores e entrou em contato com a direção da Parcan para exigir da empresa que acertasse salários, horas-extras, pagamento de vale-transporte, tiquete alimentação, para que todos interrompessem a greve. Na sede do SINDÁGUA, um dos proprietários da empresa assinou documento, definindo prazos para que os direitos fossem corrigidos. A greve foi encerrada e a desgastada imagem da Copasa passaria a ser consertada com a normalidade dos serviços.

Essa situação, que está dissemi-



nada pelos quatro cantos de Minas pela terceirização desenfreada, mostra com rigor uma realidade irretocável. Como a Copasa pode credenciar uma empresa que não honra compromissos mínimos, nem dos trabalhadores e nem aqueles que fazem parte dos compromissos da Copasa com a comunidade que paga as tarifas da empresa mês a mês?

Condições desumanas e que agridem a lei

As imagens que reproduzimos nesta página mostram as condições monstruosas em que os trabalhadores são tratados: armários arrebentados e enferrujados, latrinas imundas, material jogado em clara evidência de desperdício e desorganização, fax e impressora jogados no chão com a imagem da Copasa saindo tristemente do papel.

Imagina-se como é o processo de credenciamento destas empresas para ganhar uma licitação na Copasa. Será que as condições estruturais não são verifica-

das? Tudo depende da frieza de declarações e imagens retocadas em timbrados formatados para ganhar concorrências. É lamentável que essa seja a realidade das empreiteiras, que comem o dinheiro da Copasa e do Estado e que deixa ambos com a imagem bem próxima de uma destas fotos que reproduzimos.



Dieese mostra a vitória da categoria nos acordos coletivos com a Copasa

Estudo mostra ainda que o aumento de tarifas é um dos principais fatores na composição do lucro da empresa, que vai perdendo seu caráter social e não cresce na universalização do saneamento

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) elaborou para o SINDÁGUA uma análise do balanço financeiro apresentado pela Copasa para o ano de 2008.

Os aspectos econômicos-financeiros da empresa se mostraram amplamente favoráveis, atingindo uma receita operacional líquida de R\$ 2.060,2 milhões, com um crescimento nominal de 10,6% sobre 2007, que teve uma receita de R\$ 1.863,5 milhões. O Dieese demonstra que "contribuíram para esse resultado o reajuste tarifário médio de 9,47%, aplicado sobre as tarifas de água e esgoto em março de 2008, e o atendimento a mais 419 mil novos clientes no serviço de abastecimento de água e a mais 547 mil no serviço de esgotamento sanitário". Descontada a inflação média do período, a receita líquida teve um ganho de 4,71%.

O lucro líquido da Copasa aumentou em 23,8%, alcançando R\$ 407 milhões em 2008. O Dieese demonstra que "as razões principais deste excelente resultado foram o crescimento das receitas operacionais em patamares superiores aos custos operacionais e mais as receitas financeiras provenientes das aplicações dos recursos em caixa da empresa que aumentaram 29,4% em 2008, mesmo com as turbulências financeiras do último trimestre do ano". Ressaltou, no entanto, que "a empresa vem sendo administrada por meio de indicadores que buscam a redução permanente dos custos, com ganho de eficiência em todos os processos".



Em termos de desenvolvimento operacional, o número de município atendidos com prestação de serviços de água aumentou de 596, em 2007, para 600, em 2008. O número de consumidores atendidos foi elevado em 419 mil novos clientes, crescimento de 3,5%.

No esgoto, a expansão foi de 8,8%, um acréscimo de 547 mil novos clientes em 2008, fazendo com que a Copasa atinja apenas 34,9% da população do Estado.

Mesmo com poucos investimentos internos, com relação aos indicadores de desempenho operacional, destaca-se o crescimento de 3,8% da produtividade do trabalho, medida pela relação empregados/1000 ligações (água e esgoto)/ano, passando de 2,36 empregados, em 2007, para 2,27 empregados, em 2008. Esse resultado expressa o maior número de ligações e uma política de contenção de pessoal.

Em 2008, os investimentos da Copasa ficaram em R\$ 805 milhões, ou seja R\$ 33 milhões menos do que o montante realizado em 2007 (R\$ 838 milhões) e R\$ 200 milhões menos do que o projetado para o ano passado.

Também contribuíram para o resultado, o baixo crescimento de 5% das despesas operacionais, incluindo aí custos de serviços prestados, despesas administrativas, despesas comerciais e outras despesas operacionais. Essas despesas chegaram a apenas R\$ 1.527,1 mi, o que poderia inferir uma baixa expansão da empresa.

A mobilização dos trabalhadores e a vitória da categoria com os Acordos Coletivos estão presentes no relatório do Dieese. A participação dos gastos com pessoal nos custos operacionais totais evoluíram de 37,5%, em 2007, para 39,1%, em 2008. Em 1º de maio/2008, além dos 5,9% de INPC, a categoria obteve mais 1% de ganho real, perfazendo um reajuste global de 6,95%. Devemos ainda lembrar, que também neste Acordo ficaram definitivamente incorporados nos salários os 2% de produtividade.

Ficaram ressaltados os fatores que contribuíram com os maiores custos operacionais: depreciações e amortizações (12,5%), serviços de terceiros (13,2%), custos com materiais (14,7%), repasse tarifário aos municípios (13%), diversos (44,2%) e provisão para devedores duvidosos (101%). Sempre considerado um dos vilões: o custo de energia elétrica, que teve uma diminuição de 2,9%, representada pela redução de tarifa determinada pela Agência Nacional de Energia.